

**É NECESSÁRIO DECOLONIZAR: UM OLHAR SOBRE A IDEIA DO HOMEM
NOVO NO SISTEMA EDUCATIVO ANGOLANO**

IT IS NECESSARY TO DECOLONIZE: A LOOK AT THE IDEA OF THE "NEW MAN"
IN THE ANGOLAN EDUCATIONAL SYSTEM

ES NECESARIO DESCOLONIZAR: UNA MIRADA SOBRE LA IDEA DEL HOMBRE
NUEVO EN EL SISTEMA EDUCATIVO ANGOLEÑO

Manuel Pedro Cumboto¹ 009-0009-6586-8437
Edmacy Quirina de Souza² 0000-0002-6712-1021

¹Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Vitória da Conquista, Bahia, Brasil;
manuelpedrocumboto@gmail.com

²Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Vitória da Conquista, Bahia, Brasil;
esouza@uesb.edu.br

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo compreender de que forma o Estado Angolano, por meio do sistema educativo, contribuiu para a invisibilização ou o apagamento dos saberes culturais dos diferentes grupos étnicos que constituem a República de Angola. Trata-se de um estudo de análise de literatura e documentação legal. O estudo tomou como referência dois eixos centrais: os aspectos históricos do homem novo do Estado nação angolano e a perspectiva decolonial sobre o homem novo no sistema educativo angolano. Concluiu-se que a problemática se torna relevante na medida em que a educação desempenha um papel central na formação dos indivíduos, na construção da identidade nacional e na transmissão dos valores considerados fundamentais para a sociedade.

Palavras-chave: decolonizar; Homem Novo; sistema educativo angolano.

ABSTRACT

This article aims to understand how the Angolan State, through its education system, contributed to rendering invisible or erasing the cultural knowledge of the various ethnic groups that make up the Republic of Angola. The study is based on an analysis of literature and legal documentation. It focuses on two central themes: the historical aspects of the "New Man" in the Angolan nation-state and the decolonial perspective regarding the "New Man" within the Angolan education system. The study concludes that this issue is significant because education plays a central role in shaping individuals, constructing national identity, and transmitting values considered fundamental to society.

Keywords: decolonization; New Man; Angola educational system.

RESUMEN

Este artículo busca comprender cómo el Estado angoleño, a través de su sistema educativo, ha contribuido a la invisibilidad o el olvido del conocimiento cultural de los diferentes grupos étnicos que conforman la República de Angola. Se trata de un estudio que analiza literatura y documentación legal. El estudio tomó como puntos de referencia dos ejes centrales: los aspectos históricos del "hombre nuevo" en el Estado-nación angoleño y la perspectiva decolonial sobre

el "hombre nuevo" en el sistema educativo angoleño. Se concluyó que el tema cobra relevancia en la medida en que la educación desempeña un papel central en la formación de los individuos, en la construcción de la identidad nacional y en la transmisión de valores considerados fundamentales para la sociedad.

Palabras clave: descolonizar; Hombre Nuevo; sistema educativo angoleño.

Introdução

A decolonização do sistema educativo em Angola exige a superação do currículo eurocêntrico e da herança do assimilacionismo colonial. Nesse contexto, a ideia do “Homem Novo”, concebida após a independência, em 1975, com o propósito de construir uma identidade nacional e erradicar o analfabetismo, precisa ser repensada à luz da perspectiva decolonial. Sob uma perspectiva histórica, observa-se que a formulação do “Homem Novo” emergiu no contexto da reconstrução do Estado angolano recém-independente.

O projeto político, liderado pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), buscava romper com os padrões culturais e as relações de subalternidade impostas por séculos de colonização portuguesa. Contudo, a urgência em eliminar os vestígios da dominação colonial acabou, em muitos casos, favorecendo um processo de homogeneização cultural, que marginalizou saberes tradicionais, línguas nacionais e a diversidade sociocultural existente no país.

Diante dos desafios da decolonização do pensamento ocidental no currículo angolano, Cumboto e Souza (2026) mencionam as reformas das práticas pedagógicas cujo o modelo é atravessado por um sistema autoritário e desvalorização da identidade cultural angolana, na mesma lógica a decolonização do saber que é de necessidade urgente de reforma pedagógica que valorize a diversidade cultural angolana, outro sim, é o investimento na Educação, superar a baixa qualidade educativa e a precariedade da infraestrutura, neste sentido, a partir da perspectiva decolonial pensar a Pedagogia emancipatória que visa romper com as lógicas de opressão e criar um currículo que priorize a realidade social e a identidade angolana.

O presente artigo tem como objetivo compreender de que forma o Estado angolano, por meio do sistema educativo, contribuiu para a invisibilização ou o apagamento dos saberes culturais dos diferentes grupos étnicos que constituem a República de Angola. Essa problemática torna-se relevante na medida em que a educação desempenha um papel central na formação dos indivíduos, na construção da identidade nacional e na transmissão dos valores considerados fundamentais para a sociedade.

Ao analisar a Lei de Bases do Sistema de Educação, é possível identificar a intenção do Estado angolano de promover a construção da consciência nacional entre os seus cidadãos. Tal propósito pode ser observado na alínea (c) do artigo 15.º, que estabelece como um dos objetivos gerais do sistema educativo “educar a juventude e outras camadas sociais de forma a adquirirem hábitos e atitudes necessários ao desenvolvimento da consciência nacional” (Educação, 2001, p. 7). Nesse contexto, torna-se pertinente refletir sobre quais saberes foram privilegiados nesse processo de construção identitária e quais foram marginalizados ou excluídos do currículo escolar.

Considerando a relevância da educação como um processo contínuo de desenvolvimento humano, compreende-se que ela envolve não apenas a transmissão de conhecimentos, mas também a construção de habilidades, valores, atitudes e formas de interpretação da realidade. Embora a escola desempenhe um papel fundamental nesse processo, a educação ultrapassa os limites das instituições formais de ensino, manifestando-se em diferentes espaços sociais e culturais ao longo da vida. Nessa perspectiva, Brandão (1981) afirma que ninguém escapa da educação, uma vez que ela está presente nas diversas experiências cotidianas, seja no ambiente familiar, na comunidade, na igreja ou na escola. Assim, aprender, ensinar, conviver e construir conhecimentos constituem práticas inseparáveis da vida social.

Ao abordar a formação do “homem novo” no contexto do sistema educativo angolano, faz-se referência, sobretudo, à educação formal, organizada e sistematizada pelas instituições de ensino. Essas instituições assumem um papel estratégico na formação dos sujeitos, uma vez que não se limitam à transmissão de conhecimentos científicos, mas também promovem processos de socialização, desenvolvimento do pensamento crítico, formação ética e aquisição de competências necessárias à participação ativa na sociedade. Dessa forma, o sistema educativo pode ser compreendido tanto como um instrumento de emancipação quanto como um mecanismo de controlo social, capaz de moldar os indivíduos de acordo com determinados interesses ideológicos, políticos e económicos.

Após a independência, o Estado angolano atribuiu à educação a missão de formar o chamado “homem novo”, concebido como o sujeito capaz de incorporar os valores da nova nação. Nesse sentido, João Pinto (2013, p. 58, apud Curimenha, 2018) argumenta que a produção do homem novo esteve associada à criação de personalidades coletivas, consideradas fundamentais para a inserção social dos indivíduos. Tal projeto procurava substituir as identidades étnicas tradicionais por uma identidade nacional unificadora, alinhada aos ideais do Estado pós-independência. Assim, por meio do sistema educativo, buscou-se transformar as

formas de sociabilidade existentes, de modo a consolidar o projeto político de construção do Homem Novo em Angola.

Diante desse contexto, este estudo problematiza os efeitos desse modelo educativo sobre os saberes culturais dos grupos étnicos angolanos, procurando compreender de que maneira o currículo escolar contribuiu para a valorização de determinados conhecimentos em detrimento de outros. A análise dessa questão torna-se fundamental para refletir sobre os desafios da construção de uma educação mais inclusiva, plural e comprometida com a diversidade cultural que caracteriza a sociedade angolana.

Do ponto de vista metodológico, o trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa que, por meio do método bibliográfico, reúne diferentes fontes, tais como artigos, teses e dissertações, estabelecendo diálogo com diversos autores. Entre eles, destacam-se António (2004), que aborda sobre repensando a educação em Angola na perspectiva decolonial, André (2004) que discute, a formação do homem novo: Análise da visão dos técnicos governamentais atuando hoje em Angola, Curimemba (2018) que aborda, o homem novo na proposta curricular angolana: um estudo a partir da Lei de Bases do Sistema de Educação nº 13/01, Ferreira (2023), que discute a decolonialidade e educação: repensando as relações de poder no ambiente escolar. Cumboto e Souza (2026) que abordam a influência e a interferência do sistema educativo colonial no currículo educacional, sua permanência e manutenção.

Aspectos históricos do homem novo do Estado nação angolano

Depois da independência, o projeto de construção do Homem Novo no Estado-nação angolano consolidou-se como uma estratégia voltada para atender às exigências das sociedades modernas. Conforme destaca André (2004), a independência representou uma conquista fundamental, mas não foi suficiente para resolver os graves problemas herdados do colonialismo português, tais como o analfabetismo, os conflitos étnico-linguísticos estimulados durante séculos e a carência de infraestruturas, sobretudo nas zonas rurais. Além disso, o país necessitava fortalecer-se economicamente, uma vez que setores estratégicos da economia, como o petróleo, os diamantes, o cobre e o ferro, encontravam-se sob a responsabilidade de técnicos estrangeiros. Havia poucos angolanos qualificados para assumir essas funções, circunstância que impulsionou a política de formação do Homem Novo.

Nesse contexto, Brandão (1981), ao enfatizar a relevância da educação, destaca que ela desempenha um papel fundamental na formação da personalidade e na preparação dos cidadãos para assumirem responsabilidades sociais e políticas. Além disso, a educação prepara os indivíduos para o trabalho e contribui significativamente para a formação de novos quadros profissionais, dotados de capacidades técnicas adequadas aos processos produtivos introduzidos pelo desenvolvimento econômico, criando, assim, novas oportunidades no mercado de trabalho.

A constituição de Angola como Estado-nação implicou a construção de uma nova identidade para os seus cidadãos, associada à consciência nacional, ao trabalho e ao progresso. Nesse sentido, o conceito de "Homem Novo" no sistema educativo angolano surgiu logo após a independência, em 1975, como um projeto de superação da herança colonial e de promoção da unidade nacional. Tal conceito representava o cidadão consciente, patriota e qualificado, preparado para enfrentar os desafios sociais, econômicos e culturais inerentes ao desenvolvimento e à consolidação da identidade nacional angolana. Essa intenção pode ser observada na alínea b) do artigo 3.º da Lei de Bases do Sistema de Educação, que estabelece como objetivo do sistema educativo a formação de um indivíduo capaz de compreender criticamente os problemas nacionais, regionais e internacionais e de participar ativamente da vida social à luz dos princípios democráticos (Educação, 2001, p. 3).

Nessa perspectiva, Curimemba (2018, p. 33) afirma que “a identidade desse sujeito é uma construção vinculada aos atos políticos. O homem novo é a produção de uma nacionalidade forjada. Buscava-se encontrar, após árduo trabalho, uma forma que promovesse uma identidade para a maioria”. Assim, percebe-se uma estreita relação entre a constituição do Homem Novo, a reorganização dos saberes culturais, a promoção da unidade nacional e o fortalecimento do nacionalismo. Essa relação estava diretamente associada ao processo de construção de um sujeito considerado emancipado e militante, concebido a partir de um ideal político e filosófico desenvolvido no interior do MPLA.

Em sua tese intitulada *A Formação do Homem Novo: análise da visão dos técnicos governamentais atuando hoje em Angola*, André (2004) esclarece que o MPLA pretendia, por meio da introdução do marxismo-leninismo, formar um novo sujeito capaz de contribuir para a construção de uma nova sociedade. Para alcançar esse objetivo, atribuía-se à educação e à escola um papel central no processo de socialização, pois cabia a elas promover a aquisição de uma nova mentalidade, considerada essencial para a consolidação e o desenvolvimento do processo revolucionário em Angola.

Do ponto de vista ideológico, o MPLA adotava uma orientação socialista e, nesse contexto, organizou o sistema educativo com base em princípios inspirados na antiga União Soviética. Nessa linha de pensamento, Nobre (2018), em seu artigo 1917 e a tentativa de construção do homem novo: o caráter pedagógico da revolução social, destaca que a criação do Narkompros (Comissariado do Povo para a Instrução Pública) teve como finalidade desenvolver um programa educacional voltado para a formação do novo homem em consonância com a práxis dos sujeitos organizados. O modelo educacional soviético priorizava a formação do homem do futuro, preparado para enfrentar as contradições do presente. Por essa razão, muitos de seus projetos estavam direcionados à resolução prática dos problemas estruturais da sociedade, exigindo uma formação que contemplasse as necessidades daquela nova ordem social em transição e ampliasse o acesso à escolarização. Para tanto, os educadores soviéticos também receberam influências de correntes da pedagogia burguesa, especialmente daquelas que defendiam a articulação entre trabalho e ensino.

De modo semelhante ao programa educacional soviético, que buscava formar o homem do futuro para responder às demandas do presente, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), ao proclamar a independência em 1975 e assumir a condução dos destinos da nova nação, implementou um sistema educativo influenciado por suas orientações ideológicas. Esse sistema tinha como propósito conscientizar o Homem Novo da nação angolana sobre a importância do trabalho, do progresso e do desenvolvimento econômico do país. Tal propósito pode ser identificado na alínea d) do artigo 15.º da Lei de Bases do Sistema de Educação, que estabelece como um dos objetivos gerais do subsistema de ensino geral a promoção do amor ao trabalho entre os jovens e demais grupos sociais. Conforme o documento, cabe ao sistema educativo “promover na jovem geração e noutras camadas sociais o amor ao trabalho e potenciá-las para uma atividade laboral socialmente útil e capaz de melhorar as suas condições de vida” (Educação, 2001, p. 7).

Por outro lado, a ideia da construção do Homem Novo pode ser compreendida a partir da intenção do Estado angolano expressa no lema “de Cabinda ao Cunene, um só povo e uma só nação”. Essa formulação evidencia não apenas o propósito de promover a unidade nacional, mas também o projeto de formação de um novo sujeito social, que deixaria de se identificar prioritariamente com o seu grupo étnico, seus hábitos e costumes, para assumir uma identidade nacional angolana. Nesse sentido, ao buscar minimizar ou eliminar as consciências de pertencimento étnico, o sistema educativo, fundamentado nos princípios ideológicos do socialismo, desempenharia um papel central. Tal perspectiva sustentava-se na ideia de que a teoria revolucionária deveria penetrar nas massas, estabelecendo uma relação dialética entre o

indivíduo e a coletividade. Assim, a transformação social não ocorreria em processos isolados, mas por meio de uma ação coletiva orientada para a formação de uma nova consciência social. Dessa forma, o trabalhador deixaria gradualmente sua condição de sujeito explorado e alienado para construir uma consciência revolucionária.

Para que o projeto de construção do Homem Novo se materializasse na sociedade angolana, o sistema educativo, por intermédio da Lei de Bases do Sistema de Educação (LBSE), assumiu um papel preponderante na alfabetização e na formação de sujeitos considerados adequados ao novo projeto nacional. Além da transmissão de conhecimentos relacionados à língua portuguesa e à matemática, a educação deveria orientar a vida dos indivíduos por meio de uma formação moral e cívica. Nessa perspectiva, ao analisar o impacto do sistema educativo no apagamento dos saberes culturais dos grupos étnicos angolanos, Curiminha (2018), em sua dissertação de mestrado intitulada O Homem Novo como proposta curricular angolana: um estudo a partir da Lei de Bases do Sistema de Educação n.º 13/01, destaca que a educação sempre constituiu um objeto de disputa entre os movimentos de libertação que, após a independência, buscavam governar a nova República. Nesse contexto, o Homem Novo, articulado ao discurso da alfabetização, configurou-se tanto como objeto de produção de saberes quanto como fundamento para a construção das práticas pedagógicas.

Nesse sentido, diante da intenção do Estado angolano de atribuir à escola a tarefa de educar e socializar os indivíduos para a aquisição de uma nova mentalidade, entende-se que as identidades culturais dos sujeitos pertencentes aos diferentes grupos étnicos, com seus hábitos e costumes específicos, passaram a ser gradualmente invisibilizadas ou apagadas em favor da construção de uma identidade nacional homogênea. Sob a perspectiva sociológica, Hall (2006), ao discutir a identidade cultural na pós-modernidade, afirma que a nação não constitui apenas uma identidade política, mas também um sistema de representação cultural produtor de significados. As pessoas não são apenas cidadãs legalmente reconhecidas por um Estado; elas participam da ideia de nação tal como esta é representada na cultura nacional. Assim, a nação configura-se como uma comunidade simbólica capaz de produzir sentimentos de identidade e lealdade.

A ideia do Homem Novo no sistema educativo angolano refere-se, portanto, a um projeto político-pedagógico voltado para a desconstrução da mentalidade colonial e para a construção de uma nova identidade nacional. Surgido após a independência, em 1975, esse projeto visava formar um cidadão consciente, patriótico e comprometido com os ideais de transformação social. Nessa linha de raciocínio, e em conformidade com a abordagem de Hall (2006), pode-se considerar que o sistema educativo ocupou posição central na produção e

reprodução de novos sentidos e de uma identidade cultural voltada para a consolidação do Estado-nação angolano. Contudo, o próprio autor destaca que a formação de uma cultura nacional contribuiu para a criação de padrões universais de alfabetização, para a generalização de uma única língua vernacular como principal meio de comunicação, para a constituição de uma cultura relativamente homogênea e para a manutenção de instituições culturais nacionais, entre elas o sistema educacional.

Considerando o contexto histórico anteriormente apresentado e a introdução do marxismo-leninismo no sistema educativo angolano como fundamento para a formação do Homem Novo, é possível afirmar que suas raízes ideológicas foram inicialmente inspiradas no modelo socialista. Nesse contexto, a educação foi convocada a promover a unificação cultural e política das diversas etnias do país, fortalecendo uma identidade angolana comum e combatendo o analfabetismo. Com a formação do Estado-nação angolano, os limites territoriais que anteriormente delimitavam os antigos reinos foram suprimidos em favor de uma unidade política nacional. Entretanto, em razão das desigualdades herdadas do sistema educativo colonial, que restringia o acesso dos nativos à escolarização, grande parte da população não sabia ler nem escrever, o que resultou em elevadas taxas de analfabetismo. Conforme apontam André e Coelho (2022), cerca de 80% da população era analfabeta após a independência, e poucos angolanos haviam tido acesso à escola durante o período colonial. Diante desse cenário, em 1976, o MPLA implementou um amplo programa nacional de alfabetização.

Ao refletir sobre a alfabetização na jovem nação angolana, Curimemba (2018) argumenta que alfabetizar também significava construir uma noção discursiva de educação que, além de formar um sujeito considerado culto, deveria contribuir para a valorização da diversidade em uma sociedade multicultural. Outra potencialidade atribuída à alfabetização relacionava-se à formação da força de trabalho da nova geração, visando contribuir para o desenvolvimento econômico do país. Nesse sentido, o sujeito seria um efeito da própria alfabetização, enquanto essa transformava o Homem Novo em objeto de desejo social. Todavia, embora o MPLA estivesse alinhado às ideologias políticas da antiga União Soviética, isso não significava a diminuição dos impactos da colonização portuguesa. Conforme destaca Cunha (2010), a influência portuguesa em Angola produziu um sistema educacional baseado na dependência e na valorização de referenciais europeus. Como consequência, Angola consolidou-se como fornecedora de mão de obra e matérias-primas para os países industrializados da Europa.

Conforme estabelece o Artigo 15.º, alínea d), da Lei de Bases do Sistema de Educação, entre os objetivos gerais do subsistema de ensino geral estava a promoção do amor ao trabalho.

Assim, o Homem Novo deveria ser solidário, trabalhador, cientificamente preparado e profundamente enraizado nos valores culturais de Angola. Nessa perspectiva, ao discutir a constituição da identidade do Homem Novo, André e Coelho (2022) esclarecem que diversos desafios se colocavam diante da população angolana para evitar que as diferenças étnicas se transformassem em fatores de conflito.

Isso porque a política defendida pelo partido no poder estava centrada na unidade nacional. Procurava-se educar os angolanos para compreenderem que a unidade nacional constituía um elemento de identidade mais forte e que, por isso, deveria ser preservada. Entre as diversas etnias existentes em Angola, buscavam-se elementos culturais comuns, bem como hábitos, costumes e valores compartilhados, compreendendo-se que, em conjunto, formavam a cultura nacional, o patrimônio cultural angolano e os elementos que identificavam o cidadão como angolano perante outras nacionalidades.

Por fim, André (2004), ao analisar as particularidades do contexto angolano, destaca a palavra de ordem mobilizadora “de Cabinda ao Cunene, um só povo e uma só nação” como princípio orientador da unidade nacional. Segundo essa perspectiva, o território nacional constitui um único país, e todos os cidadãos nascidos em qualquer parte de Angola, ou filhos de angolanos, integram o povo angolano. Paralelamente, fortaleceu-se a concepção de Homem Novo, entendido como um sujeito livre de preconceitos raciais, tribais e de origem social, capaz de superar divisões históricas e contribuir para os desafios da jovem nação surgida em 11 de novembro de 1975.

Perspectiva decolonial sobre o homem novo no sistema educativo angolano

Assim como ocorreu no período colonial, em que os saberes culturais locais, as tradições religiosas e as estruturas sociais nativas foram marginalizadas, no período pós-colonial — e até os dias atuais — o Estado angolano, na perspectiva de materializar o projeto de Estado-nação, também tem colocado à margem diversos saberes culturais por meio do sistema educativo. Esse sistema privilegia conhecimentos voltados para a construção da consciência nacional e para a formação do chamado "Homem Novo". Nessa perspectiva, o Homem Novo seria o cidadão angolano liberto e educado, cientificamente preparado e profundamente enraizado nos valores culturais e na identidade nacional. Contudo, esse projeto acabou por marginalizar saberes ancestrais, línguas nacionais e identidades étnicas locais em favor de um modelo cultural centralizado e modernizador.

Nesse sentido, (Hall, 2006, p. 59) observa que “não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencentes à mesma e grande família nacional”. Ao analisar o conceito de Homem Novo a partir do sistema educativo, Curimemha (2018) esclarece que os saberes presentes na Lei de Bases do Sistema de Educação (LBSE) objetivam estruturar o Homem Novo angolano como sujeito cultural. O autor destaca ainda que o conceito de Homem Novo em Angola se inscreve em um processo cultural que reforça a transmissão de normas e condutas destinadas a moldar os sujeitos e produzir uma “nova cultura”.

Considerando a hegemonização da identidade nacional que sustenta a construção do Homem Novo no sistema educativo, torna-se pertinente analisá-lo sob a perspectiva da educação decolonial, a qual busca romper com a hegemonia dos saberes eurocêntricos. A educação decolonial exige a valorização dos conhecimentos, das histórias e das culturas das populações historicamente marginalizadas, especialmente dos diferentes grupos étnicos que constituem a República de Angola. Além disso, propõe a desconstrução das hierarquias de poder e a promoção de uma pedagogia emancipatória e verdadeiramente inclusiva. Assim, pensar o Homem Novo a partir da perspectiva decolonial implica superar a dependência de matrizes epistemológicas estrangeiras e valorizar a pluralidade de saberes, as línguas nacionais, a história e as filosofias africanas como fundamentos da identidade e da emancipação cultural do país.

O pensamento decolonial aborda a alteridade como um princípio fundamental. Enquanto conceito, a alteridade refere-se ao reconhecimento do outro em sua diferença, respeitando suas singularidades e subjetividades. No contexto educacional, ela pode ser compreendida como uma postura pedagógica que valoriza e promove a diversidade cultural e social dos estudantes, estimulando a construção de relações mais justas e igualitárias (Ferreira, 2023).

Na mesma linha de reflexão, Maiunga (2021), ao discutir propostas para a implementação de uma educação intercultural em Angola e os desafios da inclusão da tribo Khoisan no sistema educativo, destaca a ausência de medidas educativas interculturais, a inexistência de ambientes curriculares interculturais nas escolas e a falta de formação específica dos professores nessa área.

Tal realidade demonstra que o contexto escolar angolano, marcado pela diversidade cultural e pela presença de minorias étnicas, carece de políticas de educação intercultural capazes de promover a convivência na diferença e a inclusão de todos sem estereótipos. Afinal,

a construção de um “nós” plural exige uma educação intercultural que possibilite reconhecer o outro dentro de nós mesmos, percebendo-o como essencialmente diferente, mas, ao mesmo tempo, parte integrante da coletividade.

Nessa perspectiva, ao incorporar o pensamento decolonial à reflexão sobre o Homem Novo no sistema educativo, propõe-se a superação da hegemonia do conhecimento eurocêntrico e, simultaneamente, a valorização dos pilares culturais angolanos que sustentam a identidade do povo. Entre esses pilares destacam-se o respeito pelos mais velhos — princípio fundamental da vida comunitária e da coesão familiar angolana —, bem como a sabedoria tradicional transmitida de geração em geração por meio da oralidade e dos ritos de passagem.

A perspectiva decolonial sobre o Homem Novo no sistema educativo angolano aproxima-se das reflexões de Cumboto e Souza (2026), que discutem, em seu artigo, a influência e a permanência de elementos do sistema educativo colonial no currículo angolano. Os autores evidenciam que muitas práticas pedagógicas continuam atravessadas por modelos autoritários e por processos de desvalorização da identidade cultural angolana. Nessa mesma lógica, defendem a necessidade de uma decolonização do saber, baseada em reformas pedagógicas que valorizem a diversidade cultural do país. Destacam ainda a importância de investimentos na educação, com vistas à superação da baixa qualidade do ensino e da precariedade das infraestruturas escolares. Dessa forma, a perspectiva decolonial contribui para a construção de uma pedagogia emancipatória capaz de romper com as lógicas de opressão e promover um currículo centrado na realidade social e na identidade angolana.

O conceito de Homem Novo em Angola também reflete as tensões existentes entre a identidade idealizada no período pós-independência e o pragmatismo capitalista contemporâneo. Entre as consequências sociais desse modelo destacam-se os conflitos geracionais de valores, a vulnerabilidade à exclusão social decorrente das desigualdades e do desemprego, bem como a perda de referências identitárias tradicionais. Nesse contexto, a perspectiva decolonial permite associar o projeto do Homem Novo do Estado-nação angolano à discussão sobre a colonialidade do ser.

Sobre essa temática, António (2024) afirma que a colonialidade do ser constitui, talvez, uma das faces mais cruéis da colonialidade, pois está relacionada à própria constituição dos sujeitos e à internalização de valores, padrões e modos de ser e estar no mundo resultantes da dominação hegemônica europeia e, mais recentemente, estadunidense, em suas formas neocoloniais. O autor acrescenta que a colonialidade do ser está vinculada aos padrões coloniais de validação da existência dos corpos subalternizados, em uma articulação entre raça e gênero. Ela manifesta-se nas formas de pensar, vestir, comer, falar, agir e relacionar-se, tornando-se

visível no racismo, no machismo, na predominância do patriarcado e nas diversas formas de opressão dirigidas às mulheres e às pessoas LGBTQIAP+.

Ao abordar no seu artigo sobre a decolonialidade: uma abordagem sobre a importância dos saberes culturais no currículo educacional angolano, (Cumboto, 2026, p. 3) situa que “a decolonialidade constitui, atualmente, uma das perspectivas teóricas mais relevantes para repensar os sistemas educativos em contextos marcados pela herança do colonialismo, como é o caso de Angola”.

Neste sentido, a partir da perspectiva decolonial, o debate sobre o conceito de "Homem Novo" na sociedade angolana envolve desafios estruturais e culturais específicos. Entre eles, destaca-se o choque de valores entre a idealização socialista original e o pragmatismo individualista forjado pelo capitalismo contemporâneo, o que gera dilemas na construção das identidades sociais. Outro desafio refere-se à vulnerabilidade juvenil.

A transição para a modernidade urbana tem deixado muitos jovens à margem dos processos de inclusão social, enquanto a escassez de oportunidades no mercado formal de trabalho contribui para o agravamento de problemas como o desemprego, a delinquência juvenil, o alcoolismo e a prostituição. Além disso, observa-se uma crise de identidade relacionada à tradição e à ancestralidade. A rápida modernização, associada à forte influência da cultura ocidental e das tecnologias digitais, tende a enfraquecer o papel dos rituais tradicionais, produzindo tensões entre os valores de respeito aos anciãos e os comportamentos adotados pelas novas gerações.

Por sua vez, a desigualdade e a exclusão social também constituem desafios centrais para a compreensão do "Homem Novo" sob uma perspectiva decolonial. O acesso desigual a bens essenciais, à educação e aos serviços de saúde perpetua ciclos de pobreza e limita o pleno exercício da cidadania por grande parte da população.

Assim, para superar o conceito histórico de "Homem Novo" em Angola — entendido como um ideal de sujeito homogêneo, isento de preconceitos e moldado pela cartilha socialista do período pós-independência —, torna-se necessária a construção de uma cidadania plural e inclusiva, fundamentada na alfabetização digital, na liberdade de expressão, na valorização da diversidade cultural e na responsabilização democrática das instituições.

Considerações finais

O presente estudo analisou a ideia do Homem Novo no sistema educativo angolano, compreendendo-a como uma forma de assimilacionismo implementada não pelo colonizador

português, mas pelo próprio Estado angolano no período pós-independência. Nesse sentido, conforme destaca António (2024), a educação em Angola pós-colonial tem estado a serviço de interesses político-partidários, o que tem contribuído para o estrangulamento do ensino público. Tal situação serviu de alicerce para a expansão do ensino privado e elitista, que avança de forma acelerada, enquanto o ensino público permanece em condição de subalternidade e desvalorização.

Diante desse contexto, a pesquisa propõe alguns pilares para a superação do conceito de Homem Novo no sistema educativo angolano. Em primeiro lugar, defende-se uma educação fundamentada no pensamento crítico, substituindo a doutrinação e a formatação ideológica presentes nas escolas por uma pedagogia construtivista que estimule o questionamento, a produção científica e a capacidade de análise autônoma dos estudantes.

Em segundo lugar, destaca-se a valorização da diversidade regional e cultural. A ideia utópica do Homem Novo, muitas vezes, buscou apagar diferenças étnicas e regionais em nome de uma unidade nacional homogênea. Contudo, o desafio contemporâneo consiste em reconhecer e celebrar a pluralidade cultural existente em Angola — de Cabinda ao Cunene —, compreendendo-a como uma riqueza nacional e não como uma ameaça à coesão do país. Por fim, torna-se fundamental fortalecer uma educação voltada para os direitos humanos e para a cidadania ativa. Isso implica romper com a dependência do Estado como principal definidor da formação moral dos indivíduos, substituindo essa lógica pela promoção dos direitos civis, da transparência governamental, da participação democrática e do combate à corrupção.

Referências

ANTÓNIO, Fernando Júnior Adão. **Repensando a educação em angola na perspectiva decolonial**. Goiânia: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Câmpus - Goiânia, 2024.

ANDRÉ, Antonio Miguel. **A formação do homem novo: análise da visão dos técnicos governamentais atuando hoje em Angola** – Campinas, SP – 2004.

ANDRÉ, António Miguel; COELHO, Mariele Nazaré. Um olhar sobre o homem novo no contexto angolano. **Revista Mouro**, ano 12, Mouro 15, 2022.

ANGOLA, **Lei de Bases do Sistema de Educação**. Luanda/ Angola. Dezembro, 2001.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CUMBOTO, Manuel Pedro; SOUZA, Edmacy Quirina de. Influência e a interferência do sistema educativo colonial no currículo educacional, sua permanência e manutenção. **Revista Educação em Páginas**, Vitória da Conquista, v. 5, n. 5, 2026. DOI:10.22481/redupa.v5i5.19253

CUMBOTO, Manuel Pedro. Decolonialidade: uma abordagem sobre a importância dos saberes culturais no currículo educacional angolano. **Aurum Revista Multidisciplinar**, Curitiba, v. 2, n. 3, p.1-10, 2026.

CURIMENHA, Marcelino Mendes. **O homem novo na proposta curricular angolana**: um estudo a partir da Lei de Bases do Sistema de Educação nº 13/01. Porto Alegre, 2018.

CUNHA, Washington Dener dos Santos. Impacto da formação e cooperação ao nível do ensino superior nas dinâmicas africanas contemporâneas. **7.º Congresso Ibérico de Estudos Africanos**. Lisboa, 2010.

FERREIRA, Tadeu da Silva. **Decolonialidade e educação**: repensando as relações de poder no ambiente escolar- Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, 2023.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MAIUNGA, Hélder Rodrigues. **Proposta para implementação de uma educação intercultural em Angola**: desafios e possibilidades à inclusão da tribo Khoisan no sistema educativo, Covilhã: Portugal, 2021

NOBRE, Iziane Silvestre. 1917 e a tentativa de construção do homem novo: o caráter pedagógico da revolução social. **Revista Marx e o Marxismo**, v. 6 n. 10, 2018. <https://niepmarx.com.br/index.php/MM/article/view/245>

Agradecimento

O presente trabalho foi realizado com apoio da coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior – Brasil (CAPES) – código de financiamento 001.

SOBRE OS AUTORES

Manuel Pedro Cumboto. Mestrando em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Graduado em Bacharelado em Humanidades e Licenciando em Sociologia pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB). Membro do Grupo de Pesquisa em Infância, Educação e Contemporaneidade.

Contribuição de autoria: Autor - <https://lattes.cnpq.br/6471137479876167>

Edmacy Quirina de Souza. Doutorado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Atua no Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGEd na mesma instituição. Atuou como Coordenadora Institucional do Programa Residência Pedagógica de 2020-2024.

Contribuição de autoria: Autora – <https://lattes.cnpq.br/6674407947880299>

Como citar este artigo

CUMBOTO, Manuel Pedro; SOUZA, Edmacy Quirina de. É necessário decolonizar: um olhar sobre a ideia do homem novo no sistema educativo angolano. **Revista Educação em Páginas**, Vitória da Conquista, v. 5, n. 5, 2026. DOI: 10.22481/redupa.v5i5.19612